

## **Análise Educacional de um estudo Bilingue na Escola Indígena Parakanã do Xingu na Amazônia Paraense como instrumento Cultural Identitário**

### ***Educational analysis of a Bilingual study in the parakana school of the xingu in the amazon paraense as cultural identity instrument***

Roselene Feiteiro de MELO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma breve análise de um estudo bilingue em uma escola indígena Parakanã do Xingu, situada entre os Municípios de Senador José Por Fírio e São Félix do Xingu, cerca de três mil km de distância do Polo indígena Altamira no Sudoeste do Pará. Aborda-se o bilinguismo das falas dos nomes dos rios e de lugares da comunidade perspectivando a busca do significado dos nomes na língua de origem tupi e busca uma intervenção para o resgate da identidade deste povo. Reflete dentre outros aspectos, a função social da fala no contexto educacional onde estes indígenas encontram-se. A análise dar-se-á mediante cultura e resgate da identidade destes povos indígenas que vivem a margem da sociedade. Os resultados do estudo apontam para o fato de que o bilinguismo é um dos métodos evidentes para o estudo das línguas indígenas. Serve como estratégia metodológica, reflete o lado afetivo da comunidade; seu grau de pertencimento; autoestima; interação, motivação e um possível entendimento cultural da busca de um resgate de uma língua que o tempo e as transformações foi seu pior "aliado". Elementos essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto esta constatação representa nesta pesquisa que o bilinguismo da aldeia Parakanã do Xingu de origem indígena, pelas suas características, se faz presente em outras estratégias de aprendizagens, podendo, portanto ser trabalhado com mais eficácia pelos profissionais de educação ou quem sabe entrar nos planejamentos escolares, mais precisamente nas matrizes de habilidades no campo da obrigatoriedade.

**Palavras-chave:** Bilinguísmos. Cultura. Língua Indígena. Educação. Identidade.

**ABSTRACT:** This article presents a brief analysis of a bilingual study at a Parakanã do Xingu indigenous school located between the municipalities of Senador José Por Fírio and São Felix do Xingu, about three thousand kilometers away from the Altamira indigenous pole in the southwest of Pará. The bilingualism of the speeches of the names of the rivers and of places of the community perspectivando the search of the significado of the names in the Tupi language of origin and it looks for an intervention for the rescue of the identity of this town. It reflects, among other aspects, the social function of speech in the educational context where these indigenous people meet. The analysis will be through culture and rescue of the identity of these indigenous peoples who live on the margins of society. The results of the study point to the fact that bilingualism is one of the obvious methods for the study of indigenous languages. it serves as a methodological strategy, reflects the affective side of the community; their degree of belonging; self-esteem; interaction, motivation and a possible cultural understanding of the search for a ransom of a language that time and transformations was its worst "ally." essential elements for the development of learning. However, this finding represents in this research that the bilingualism of the village Parakanã do Xingu of indigenous origin, due to its characteristics, is present in other learning

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professora efetiva de Língua Portuguesa da rede Municipal em Altamira/PA. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Xingu e Amazônia (FACX). Contato: roselameira@hotmail.com

strategies, and can therefore be worked more effectively by education professionals or who may enter into the planning more precisely in the matrices of skills in the field of compulsion.

**Keywords:**Bilingualism. Culture. Indigenous language. Education. Identity.

## **Introdução**

Como parte fundamental e integradora da cultura identitária vigente, as linguagens têm como finalidade a interação do estudo do mundo e seus fenômenos culturais de representação histórica de um povo. E tendo em vista que atualmente a valorização das línguas indígenas necessita de uma abrangência maior com estudos e dinâmicas que promova uma interação eficaz de perpetuação de falares indígenas, mais precisamente com uma proposta de projeto de intervenção comunitária o qual será desenvolvido na comunidade escolar indígena Parakanã Ocidental do Xingu, adaptados a realidade local e a linguagem falada na comunidade, que fica localizada a margem direita do Rio Xingu nos municípios de Senador José Por Fírio e São Félix do Xingu, cerca de 2.769 km de distância do Polo indígena Altamira no Sudoeste do Pará. Acredita-se que este trabalho seja o ponto de partida com uma discussão e reflexão ativa sobre a valorização da identidade cultural dos povos indígenas Parakanã.

Procura-se entender porque os educadores e educandos da comunidade possuem grandes dificuldades de executar a leitura e a escrita na prática, no decorrer de suas trajetórias escolares, principalmente na Língua Portuguesa.

Percebe-se que um dos fatores que contribuem muito com a dificuldade de se expressar tanto na fala como na escrita em outro idioma, é o fato de que os indígenas ainda são falantes da língua materna e por isso são considerados pela FUNAI<sup>2</sup> como povo de recente contato, possui cerca de vinte e cinco anos de vivência e pacificação, bem mais próximo do cotidiano da sociedade “não indígena” que presenciam há mais de cinco anos a chegada dos grandes empreendimentos em nossa região com o “progresso” trazido pela Construção do Complexo Hidrelétrico da Barragem de Belo Monte em Altamira/PA.

Outro fator observado que contribui muito para o não desenvolvimento e a aprendizagem dos indígenas da escola Parakanã do Xingu que sofrem com a falta de livros e materiais didáticos diferenciados e de acordo com a realidade existente

---

<sup>2</sup> Fundação Nacional do Índio

na aldeia. Também a falta de profissionais qualificados para ministrar as aulas em dois idiomas, ou seja, trabalhar o bilinguismo em sala de aula para que possam desenvolver sua aprendizagem na leitura e na escrita e em outros idiomas, pois necessitam de se comunicar com a sociedade não indígena constantemente.

Outrora, as aulas eram ministradas em sala de aula só na Língua Portuguesa pelos educadores não indígenas, ou melhor, no sistema monolíngue. No percurso desse processo de alfabetização e escolarização defasado, sofre tanto o educador quanto o educando. Até porque no contexto cultural da comunidade, os indígenas utilizavam somente a língua materna e na sala de aula os educadores faziam o uso somente da Língua Portuguesa para ministrar suas aulas, mesmo pelo fato de que a maioria dos profissionais não indígenas que passavam pela escola não possuía um conhecimento aprofundado da importância de se trabalhar o bilinguismo (domínio de duas línguas) em sala de aula, o que fazia com que os professores acabavam optando pelo ensino monolíngue, mais prático e menos trabalhoso.

Nestes termos, faz-se necessário, ampliar reflexões acerca deste estudo para a produção de materiais didáticos como: livretos, cartilhas, cadernos e um calendário escolar diferenciado de acordo com o cronograma tradicional das atividades cotidianas da comunidade, onde serão levados em consideração os conhecimentos, costumes e saberes tradicionais dos indígenas. Pretende-se com a produção desse material fortalecer e dar suporte aos educadores indígenas em sala de aula, onde podemos contribuir no aperfeiçoamento da prática e métodos de ensino dos alunos para que juntos possamos promover a melhoria na qualidade de ensino das escolas indígenas, em busca de melhores aprendizagens.

Assim, o estudo situa-se em uma abordagem da importância do bilinguismo, adiante uma pesquisa com autores renomados no assunto e por fim ampliam-se os instrumentos metodológicos para falar na prática sobre a importância da preservação, nas escolas indígenas, da prática da língua materna e da sua cultura.

## **1.Revisão da Literatura de um Estudo Bilíngue**

### **1.1 Bilinguismo e Políticas Públicas Educacionais**

Segundo Francisco Cordão, Presidente da Câmara de Educação Básica, na Resolução da CNE/CEB, Art. 1º, que diz que a identidade da escola do campo tem que ser definida de acordo com a sua realidade e a sua diversidade, e as Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica da Escola do Campo tem que se adequar aos diversos sistemas de ensino (CNE/CEB; 3 de Abril de 2002).

Como relatou Francisco Cordão a respeito da Resolução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica da Escola e do Campo que tem que se adequar a vários sistemas de ensino, isso inclui o ensino bilíngue, o qual se propõe nesta intervenção, para que os educandos indígenas Parakanã possam ter êxito na aprendizagem e no desempenho social, com uma aprendizagem voltada para as suas realidades.

Reconhecemos que os educandos indígenas Parakanã precisam ter conhecimento e domínio de uma língua do não indígena que é a Língua Portuguesa falada aqui em nosso país, até mesmo como uma ferramenta de diálogo e contato com o ambiente e a ciência dos não indígenas. Até porque hoje, em pleno Século XXI, não tem como mais os indígenas Parakanã que passaram por todo um processo de contato, viver 'isolado' da sociedade moderna.

No concerne, a comunidade indígena Parakanã está sempre tendo contato com a sociedade não indígena em virtude do seu desenvolvimento social e cultural como: Avanço social aos educadores indígenas (AIS e AISAM) e as lideranças precisam estar sempre buscando formações contínuas para poder lidar com os conhecimentos em ciência dos 'brancos', e isso requer uma constante aproximação do mundo não indígena.

Assim, os conhecimentos e a ciência dos não indígenas, os Parakanã precisam dominar a linguagem falada pelos brancos e preservar a sua língua materna, para que isso ocorra de fato, os indígenas Parakanã precisam apreender melhor o bilinguismo, até mesmo por uma questão de sobrevivência nesta sociedade globalizada em que vivemos hoje.

No que diz respeito ao bilinguismo, que busca a formação ou incrementação do espírito crítico, é fundamental que se ocupe com as questões referentes à existência do ser humano, uma vez que seu objeto se constrói à medida que o indivíduo busca alternativas para o seu viver.

Pensando nisso, necessitamos de uma política pública, com a aprovação de uma lei que decrete obrigatoriamente que o cidadão necessita possuir o domínio de duas línguas básicas, uma materna e outra para nível intelectual e profissional como afirma Prado (1994, p. 112), "o domínio de duas línguas busca uma justificação racional dos princípios primeiros e universais das coisas, das ciências e dos valores,

e uma reflexão sobre a origem e validade das ideias e das concepções que o homem elabora sobre ele mesmo e sobre o que o cerca”.

Ao longo de sua evolução histórica, a língua foi sempre um campo de luta entre concepções antagônicas, materialista, idealistas, empiristas, racionalistas, vitalistas e especulativas. Esse caráter de conflito, necessariamente antagonista da especulação histórica decorre da impossibilidade de se alcançar uma visão total das múltiplas facetas da realidade.

Entretanto, é justamente no esforço de pensar essa realidade, para alcançar a sabedoria, que o homem vem conquistando ao longo dos séculos uma compreensão mais cabal de si mesmo e do mundo que o cerca, e uma maior compreensão das próprias limitações de seu pensamento, por isso é necessário o domínio de duas línguas que representam o fortalecimento de bases para o indivíduo desenvolver-se no campo que será trabalhado.

Entra em campo essa tese, pois o ser humano, em sua plenitude, possui faculdades intrínsecas e extrínsecas que lhes possibilitam conhecer e pensar no entendimento às suas necessidades humanas básicas, nesta questão, o que seria do homem sem trabalho? O conhecimento, seja ele qual for, representa, no cenário da vida, a apropriação da realidade, que é a totalidade das coisas conhecidas pelo sujeito. E o domínio de outra língua representa esta evolução abrangendo todos os níveis sociais. (PRADO, 1994, p. 156).

Conhecer, saber e ter conhecimento é apreender os seres e as coisas. Entende-se por “ser” tudo aquilo que existe ou que se supõe existir. Por “coisa”, tudo aquilo que existe ou poderia existir. Assim é que a apropriação da realidade inclui o “real”, ou seja, o que existe realmente independente do nosso pensamento, e o “ideal”, ou seja, aquilo que existe apenas em nosso pensamento de modo imaginário ou fictício. Na dimensão do real, a realidade empírica abrange tudo o que existe no universo possível de ser conhecido, tanto por experiências internas quanto externas, e que vão sendo adquiridas pelos sentidos e pela consciência e a língua materna já esta internalizada em sentido real e ela será absorvida indubitavelmente quando o indivíduo apreende outra língua.

Nestes termos, segundo Ruiz (1996, p. 67) “conhecer e pensar outras abordagens linguísticas coloca o universo ao nosso alcance e nos dão sentido, finalidade e razão de ser”. Desse modo, o homem torna-se o ser verdadeiro capaz de olhar o mundo e vê-lo, com reconhecimento do que vê e com atribuição de significado aos seres e às coisas.

Assim, este método é um movimento propriamente dito, isto é, o caminho que a razão trilha para ir adquirindo verdades que formarão a consciência necessária desta evolução, como uma meta final do movimento em busca de conhecimentos.

O bilinguismo, portanto, é o caminho seguido pela razão para a aquisição de saber equivalente aos anseios humanos, pois utiliza o raciocínio chamado demonstração. Parece fácil apenas com este conceito, mais como “sair” dessa situação de desterro? Como “chegar” a ser bilíngue com essa realidade dos descaminhos das representações e variações? A pergunta revela que somos desejo de conhecimentos mais dinâmico. Ouvir e ver várias realidades diferentes se dá dentro e fora de nossas representações manipuladoras é caminhar, é instituir caminhos de passagem para ela em visitas inesquecíveis por outras culturas. Como afirma esta frase: “O amável no homem é ser uma passagem, um caminho, uma ponte” (RUIZ, 1996, p. 78).

Contudo, a linguagem com o domínio mencionado anteriormente, é um fenômeno não interrogativo e interdisciplinar, pois podemos tecer tais perguntas dentro de qualquer uma das diversas disciplinas no currículo escolar. Podemos filosofar em qualquer ciência. E filosofar é interrogar. E respondendo a pergunta inicial porque é importante dominar duas línguas? Lembrando que: “O domínio de dominar duas línguas nunca torna as coisas mais fáceis senão apenas mais graves” (HEIDEGGER, 1966, p. 41).

Com ela não importa os vários conceitos e sim aprendemos a analisar os elementos que compõem a existência humana no mundo e principalmente a questão da variação que é tão complexa. Por isso, este trabalho também é uma análise existencial. Pois quando se tem conhecimentos vastos e profundos de outras línguas se tem argumentos no campo político, econômico, cultural e social.

Desde a fundação da Escola Parakanã do Xingu, em 1991, que os educandos Parakanã ocidentais do Xingu vêm cursando só o Ensino Fundamental Menor, com os anos iniciais, do 1º ao 5º ano e Ensino Infantil, e também desde o princípio da criação da escola que os mesmos têm recebido o ensino monolíngue, políticas públicas totalmente fora dos anseios e desejos da comunidade.

Onde os conteúdos interdisciplinares das aulas são ministrados de forma monolíngue e todo contextualizado na Língua Portuguesa por diversos educadores não indígenas que passam pela comunidade. Apesar dos inúmeros e incansáveis esforços para se ministrar um ensino de qualidade para os educandos, mesmo assim ficaram diversas lacunas para trás no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem dos envolvidos, pois os educandos dessa comunidade são falantes

natos de outra língua, ou seja, os mesmos ainda utilizam sua língua materna para se comunicar.

Portanto, em seus planos de vida, a primeira língua a ser falada por eles é a sua língua materna e como uma segunda língua, eles adotaram a Língua Portuguesa falada no Brasil, a qual tem como principal objetivo de uso entre eles para a comunicação entre os “não indígenas”.

Mais as aulas no processo de escolarização dos indígenas são ministradas somente na Língua Portuguesa tornando-se difícil o desenvolvimento e a aprendizagem dos indígenas em sala de aula, pois além desses educandos não falarem com fluência a Língua Portuguesa, também não compreendiam direito a linguagem falada pela maioria dos educadores não indígenas que passavam pela comunidade, a qual se repetia a cada ano.

Ou seja, o ensino monolíngue, com aulas ministradas somente na Língua Portuguesa e a troca de educadores anualmente na escola prejudicou muito o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos da escola Parakanã do Xingu, pois no período em que os educadores não indígenas atuaram no processo de escolarização com os estudos ministrados somente na Língua Portuguesa.

Os educandos dentro da sala de aula passaram a utilizar frequentemente a linguagem falada pelos educadores, e com isso gerava um desequilíbrio social interno, pois se corria o risco muito grande para os educandos da comunidade em substituir o uso da fala em sua língua materna pela Língua Portuguesa, a qual estava sendo oficializada no ambiente escolar, e pelo fato de os mesmos estarem em constante uso da linguagem falada pelos educadores não indígenas, despertou-se certa preocupação nos pesquisadores e educadores linguistas de que só com o ensino monolíngue na língua portuguesa, os educandos indígenas correriam um sério risco de perder o uso da fala em sua língua de origem.

Até que surgiram os primeiros educadores, já em 2013 através de inúmeros esforços da comunidade juntamente com a FUNAI, antropólogos e pesquisadores, os quais acabaram pressionando a SEMED (Secretaria de Educação do Município), que acabou acatando o pedido de contratação dos educadores indígenas recém-formados da primeira turma de educandos do magistério indígena do território étnico educacional médio Xingu, e acabaram assumindo as salas de aula de suas próprias escolas.

Com isso, ocorreu uma grande expectativa na comunidade de agora haverem

de fato, melhorias no âmbito escolar, pois prevaleceu o ensino monolíngue na Escola Parakanã, só que com uma diferença: as aulas passaram a ser ministradas na primeira língua falada na comunidade, a qual é a sua língua materna. Há anos que nossos educadores indígenas estão atuando em sala de aula, ministrando só conteúdos de acordo com a realidade dos educandos, ainda sim prevaleceu à decadência do ensino monolíngue; com a única diferença de serem ministradas as aulas na língua materna, o que não avançou muito na aprendizagem e o desenvolvimento psíquico dos educandos, pois só aprendiam as coisas na linguagem falada pelos não indígenas e agora estavam tendo a oportunidade de aprender as coisas só em seu idioma.

Do ponto de vista na lógica de alguns antropólogos, esse é o caminho correto que se deve seguir, estudando só as coisas do meio cultural indígena, pois só assim ocorre a valorização e fortalecimento da identidade cultural. A princípio, essa seria uma ideia genial, se, no entanto, os grupos indígenas habitantes do território do Médio Xingu vivessem ainda isolados, sem nenhum tipo de contato com a sociedade não indígena. Até por que, a partir do momento em que a FUNAI fez o contato com a nossa população indígena, automaticamente, se fez necessário surgir um contato mais próximo da sociedade não indígena, a partir daí, mesmo sem intensão e sem querer, a sociedade não indígena nos obrigou a aprender a falar uma segunda língua, que é a língua portuguesa.

No momento em que são trabalhadas na escola só elementos da cultura indígena, os educandos vão deixar de conhecer as demais realidades, sem falar que os conhecimentos e a aprendizagens vão estar incompletos, até porque vai prevalecer o ensino monolíngue na língua materna da comunidade, somente de acordo com a cultura vigente, isso quer dizer que será mais valorizada a parte da educação tradicional indígena, e se fizermos uma observação minuciosa, percebe-se que os educandos irão perder parte de sua aprendizagem a respeito dos conhecimentos científicos modernos da educação escolar indígena do meio acadêmico da sociedade não indígena. Nestes termos, outras políticas públicas apareceram, mais a realidade não mudou.



## 1.2 Identidade Cultural dos indígenas Parakanã do Xingu

O contexto atual aponta para as questões indígenas com uma enorme preocupação de proteger ou guardar o pouco que ainda tem da cultura desses povos guerreiros que contribuíram e contribuem de forma significativa para uma identidade nacional brasileira.

A importância é tão relevante que desperta consideráveis interesses de desenvolver uma pesquisa onde se apresenta de forma real as necessidades de interagir com teorias e referências que valorizem as populações indígenas e principalmente com memórias debulhando de forma considerável um pouco do relato das tribos que ainda existem no Pará.

A Amazônia é historicamente uma região com uma grande presença de etnias indígenas e, conseqüentemente, possui muitos municípios, montes, rios e instituições governamentais com nomes cujas origens estão ligadas às línguas desses povos indígenas e as suas culturas.

A Cultura é a lente humana por excelência, e ser antropocêntrico é enxergar o mundo através dela. (...). Por conseguinte, o próprio dessa lente antropocêntrica é ser multifocal. Não existe rigorosamente A Cultura, que é apenas um conceito totalizador, um artifício de raciocínio; mas miríades de culturas, correspondentes à multiplicidade dos grupos humanos e os seus momentos históricos. A Cultura é uma abstração, um artefato de pensamento por meio do qual se faz economia da extraordinária diversidade que os homens apresentam entre si e com o auxílio do qual se organiza o que os homens têm de semelhantes. A Cultura é também o que os distingue das demais formas vivas: a capacidade de diferir de seus coespecíficos (BOURDIEU, 2002, p. 26).

A cultura indígena revela para a sociedade capitalista e globalizada uma forma de manifestação dos povos como “diferentes”. No Brasil, a promulgação da Constituição da República de 1988 (CRFB) possibilitou a conquista de direitos coletivos aos povos indígenas que efetivaram formalmente o respeito à autonomia, autodeterminação e cidadania diferenciada influenciando a revisão ou criação de diversas normas infraconstitucionais relativas à titulação da terra, educação, a saúde, entre outros aspectos de valorização dos indígenas em território brasileiro.

Os índios sofrem várias situações de preconceitos, por não saberem ou não conhecerem seus direitos que estão legitimados na Convenção dos Direitos Humanos (1969), que envolve diferentes povos indígenas, situados em diferentes regiões e, especialmente, diferentes configurações indenitárias, sofrendo de forma real insatisfações em relação à cultura, economia e política. Assim sendo, implica na

necessidade do Estado Brasileiro e o governo observarem e respeitar as especificidades étnicas e culturais de cada povo, bem como suas lutas e movimentos sociais.

Nessa discussão, ressalta-se que a constituição da identidade de um povo é um processo lento, que cria e se recria de acordo com seus usos costumes e tradições referenciadas na cultura enquanto práticas sociais em movimento. Os povos indígenas Parakanã em muitos momentos do processo estrutural social são chamados de “falsos indígenas”, considerados distantes das regras sociais e não são inseridos no ambiente de leis com mudanças para satisfazer as reais proposições reivindicadas para esta e outras tribos.

É necessária uma reflexão sobre a questão da identidade dos povos indígenas Parakanã para ampliar os discursos já existentes sobre esta proposição. A valorização das etnias indígenas, em um sentido amplo, trás preocupações rígidas onde a busca por colaboração para estes povos é escassa no âmbito social, sem mencionar as ampliações globalizadas neste mundo tecnológico, moderno e capitalista, onde a diversidade citada acima da cultura e identidade de um povo representa também um fator primordial de conhecimento humano determinado por vários ramos das ciências ou da natureza como forma de explicação de conceitos e regras sociais, mudando de forma drástica a vivência dos indígenas na sociedade.

Dentro do contexto da filosofia, a cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é informação, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e transmite aos contemporâneos e aos vindouros. A cultura é o resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história. Cultura é criação. O homem não só recebe a cultura dos seus antepassados como também cria elementos que a renovam. A cultura é um fator de humanização. O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida dos seres humanos (RODRIGUES, 2002, p. 67).

De acordo com o exposto, podemos pensar em cultura, identidade e valorização dos indígenas Parakanã, socialmente como um conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo. É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade, sendo um processo contínuo de evolução ou um modo de ser do sujeito.

A identidade trama o modo de ser do sujeito. A constituição da identidade, por ser inevitável, é um campo de poder acirradamente disputado. Esta disputa tornou-se especialmente sinuosa nas sociedades contemporâneas, onde os

mecanismos de poder não se consolidam como ocorria nas sociedades tradicionais, pela imposição autoritária das hierarquias estabelecidas ou pela aceitação servil de uma autoridade, mas pela integração cooperante dos indivíduos nos objetivos prescritivos do sistema. (RUIZ, 2003, p. 34).

As leis sociais não correspondem com as reais necessidades dos povos indígenas que são deixados de lado da integração dos indivíduos em sociedade desde sua colonização no “descobrimento” do Brasil. Vigorando uma hierarquia onde as pirâmides sociais desiguais pioram a cada estatística e os indígenas vão sempre ficando de fora dos planos sociais que regem a população detentora do poder, como afirma Marx (1975, p. 45): “Até a década de 70, o Brasil teve um dos mais altos índices de ascensão social do mundo. A grande maioria evolui apenas um ou dois degraus, numa escala de seis estágios da pirâmide social. Ainda assim, a desigualdade social aumentou”.

Com isso, trata-se, afinal, de piorar ao manter inalterado o padrão de vida de uma população cuja maioria vinha melhorando do péssimo para o ruim. Ou seja, a expansão econômica do Brasil teve um lado perverso, onde a população que vivem a margem como é o caso dos indígenas sofrem até hoje com a brutalidade desta colonização.

### **1.3 A Linguagem dos Povos Indígenas no Brasil**

No momento da descoberta do Brasil, os povos nativos eram compostos por tribos seminômades que lutavam e subsistiam da caça, pesca, coleta e da agricultura itinerante, desenvolvendo culturas diferenciadas. Apesar de protegida por muitas leis, a população indígena foi amplamente exterminada pelos conquistadores diretamente e pelas doenças que eles trouxeram, caindo de uma população de milhões para cerca de 150 mil em meados do século XX, quando continuava caindo.

Apenas na década de 1980 ela inverteu a tendência e passou a crescer em um ritmo sólido. No censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2007 - 817 963 brasileiros se autodeclararam indígenas, embora milhões de outros tenham algum sangue índio em suas veias. Ainda sobrevivem diversos povos isolados, sem contato com a civilização (IBGE, 2010).

Os povos indígenas brasileiros deram contribuições significativas para a sociedade mundial, como a domesticação da mandioca e o aproveitamento de várias plantas nativas, como o milho, a batata-doce, a pimenta, o caju, o abacaxi, o amendoim, o mamão, a abóbora e o feijão. Além disso, difundiram o uso da rede de dormir e a prática da peteca e do banho diário, costume desconhecido pelos europeus do século XVI.

Para a Língua Portuguesa legaram uma multidão de nomes de lugares, pessoas, plantas e animais (cerca de 20 mil palavras), e muitas de suas lendas foram incorporadas ao folclore brasileiro, tornando-se conhecidas em todo o país. Também foram importantes aliados dos portugueses, mesmo involuntários, na consolidação da conquista territorial, defendendo e fixando cada vez mais distantes fronteiras, e deram grande contribuição à composição da atual população nacional através da mestiçagem.

Suas culturas diversificadas compunham originalmente um rico mosaico de tradições, línguas e visões de mundo que, depois de serem longamente desprezadas como típicas de sociedades bárbaras, ingênuas e atrasadas, ou no máximo apreciadas como exotismos e curiosidades, hoje já começam a ser vistas em larga escala como culturas complexas, sofisticadas em muitos aspectos, interessantes por si mesmas e portadoras de valores importantes para o mundo moderno, como o respeito pela natureza e um modo de vida sustentável, merecendo consideração como qualquer outra. Mesmo assim, a degradação das culturas tradicionais pelo contato assíduo com a civilização tem sido rápida mesmo dentro de terras, acarretando penosas repercussões sociais.

Para muitos observadores, o destino dos povos indígenas do Brasil ainda é incerto, e esperam muitas lutas pela frente. Os conflitos que os envolvem continuam a se multiplicar; mortes, abusos, violência e destruição interna continuam a afligir muitas comunidades, mesmo com todos os avanços e toda proteção jurídica, com toda a conscientização política das comunidades e sua mobilização conjunta, e mesmo com o apoio de expressiva parcela da população brasileira não índia e organismos internacionais.

Há poderosos interesses políticos e econômicos em jogo, e mesmo interesses culturais. Ainda falta muito para que eles consigam garantir suas terras e uma sobrevivência digna e independente da tutela do governo, que historicamente os entendeu como incapazes e chamou a si a responsabilidade de "administrá-los", mas tem sido também incapaz de assegurar-lhes os direitos que já foram definidos constitucionalmente, e vem sendo acusado até de promover profundos retrocessos de maneira deliberada que dão continuidade a um secular genocídio, atraindo com isso pesada e incessantes críticas em casa e no estrangeiro (BENCHIMOL, 2010, p. 23).

Ainda segundo Samuel Benchimol (2010, p. 56), além das questões de colonizações sofridas pelos indígenas no início do Brasil colônia, a língua se torna também um fator bastante complexo que grosso modo pode-se alocar a outros grupos de falantes em três categorias diferentes assim distribuídas: grupos indígenas que continuam isolados e vivem fora da área de circulação mercantil; estes grupos resistem como monolíngues em línguas vernáculas, desconhecendo o português ou qualquer outra língua; outros grupos integrados em diferentes graus da circulação mercantil são constituídos por indivíduos bilíngues, também em diferentes graus e formas e por último, existem grupos que mantêm sua identidade étnica, mas não falam mais suas línguas de origens ocorrendo uma ruptura com a língua materna e uma mudança radical na atualidade desses povos indígenas.

A atitude tomada hoje pela população não índia do Brasil em relação às línguas indígenas é uma continuação daquela dos séculos anteriores; não existe revisão crítica, nem oficial nem oficiosa, sobre os preconceitos desenvolvidos anteriormente, podendo-se constatar que não houve ruptura com o discurso colonialista, que continua presente até mesmo no plano institucional e acadêmico (BENCHIMOL, 2010, p. 43).

É relevante destacar também que quase nada mudou em relação à vida do indígena perante a sociedade colonizadora de antigamente. Os índios destribalizados, que vivem hoje na periferia dos centros mais dinamizados, foram impedidos de elaborar, de outra forma, este processo de desenvolvimento estrutural em todos os sentidos econômicos, culturais, políticos e sociais. A grande maioria sobrevivente dos indígenas, não só no Brasil, está sob forte pressão de destruição da cultura indígena e até mesmo da própria vida. Sobrevivendo em situações lastimáveis de perda da identidade e pobreza. A colonização marcou com sangue um processo de aculturação e miscigenação que causa desigualdades até hoje com afirmações de Agnolin (2002, p. 78).

Segundo o censo do IBGE (2010), as tribos indígenas representam aproximadamente 0,47% (817 963) distribuídas em várias regiões com maior número no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As línguas que ainda prevalecem são

algumas indígenas e o Português. Contando que o número é incerto, variando conforme os critérios utilizados, mas pode chegar a cerca de 270 línguas variando de região em região.

## **2. Instrumentos da Pesquisa**

A escolha, o sucesso, e a delimitação do desenvolvimento de uma trajetória com métodos e instrumentos aqui selecionados a partir do ambiente escolar indígena foram definidos, pela coletividade do grupo, a qual percebeu a tendência de suprir as necessidades profissionais da comunidade dos sujeitos envolvidos em um processo de desenvolvimento da trajetória escolar de um indivíduo que necessita de outro sujeito, que é denominado de educador, cujo papel foi desenvolver o raciocínio psíquico dos sujeitos envolvidos, desde a fase inicial do projeto de intervenção até a sua fase de amadurecimento, e esse processo pode se tornar fácil e leve, árduo e difícil de realizar, isso pode variar de sujeito para sujeito.

A educação escolar indígena é o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos socioculturais linguísticos da escolarização de cada povo, onde os indivíduos recebem uma segunda formação por meio do desenvolvimento de seu raciocínio psíquico, o sujeito possa adquirir novos conhecimentos científicos, os quais remetem a dois amplos campos de estudos e atuação no processo educativo de formação sociopolítica dos sujeitos. Esse processo de ensino ocorre, na maioria das vezes, no ambiente escolar, que é o espaço físico que abriga o desenvolvimento do processo de escolarização dos sujeitos, é denominada-se escola.

Em um processo de educação escolar indígena, diferentemente do que ocorre num determinado povo, é levado em consideração no campo da atuação da formação sociopolítica dos sujeitos, a sua particularidade e diversidade sociocultural. Durante o percurso de desenvolvimento inicial da trajetória escolar do indivíduo, a aprendizagem logo se inicia com a leitura e a escrita do mesmo por meio da coordenação motora, e as oportunidades de aprendizagem aos indivíduos pode ser diferenciada, o seu processo de início e avanço da escolarização de um grupo indígena depende muito do seu modo de vida e organização social. Esse processo pode ocorrer em diferentes faixas etárias e gêneros, o qual só pode ser definido no conjunto coletivo e sempre levando em consideração as regras de comportamento de cada grupo étnico.

A Escola Parakanã, infelizmente só oferta mal o Ensino Fundamental Menor, do 1º ano 5º ano pelo município, e só a partir de 2014, foi que o Estado, através do Projeto Saberes da EJA, implantou o Ensino Fundamental Maior, de 6º ao 9º ano, e o Ensino Médio em algumas Aldeias Xinguanas. O que tem sido realização de um sonho para muitas comunidades indígenas, que é poder formar cidadãos paralar por melhorias de suas próprias comunidades, para que, de fato, possam ocorrer as mudanças. E os próprios indígenas ou os moradores da comunidade são os protagonistas desta história que fizeram valer o processo de escolarização do seu povo.

## **2.1 Lócus da Pesquisa**

Os Parakanãs ocidentais do Xingu, habitantes da TI Apyterewa há vários anos, desde os seus antepassados, quando ainda eram índios arredios e viviam em pé de guerra com os outros grupos étnicos, segundo pesquisadores e antropólogos e até mesmo funcionários do escritório da FUNAI de Altamira, e como os mesmos viviam em confronto com outros grupos indígenas Xinguanos, como: Xikrin, Araweté, Assurini e outros. Ocorreu a necessidade da Fundação Nacional do Índio fazer o contato e a pacificação destes indígenas. Em dezembro de 1983 a março de 1984, na região das proximidades do Igarapé Bom Jardim, afluente do Rio Xingu.

O primeiro grupo de Parakanã ocidentais do Xingu era composto por cento e seis pessoas, e o segundo grupo era composto por trinta e uma pessoas. Os dois grupos após o contato que ocorreu de 1976 a 1984, foram viver juntos, aglomerados no antigo posto chamado Apyterewa, que ficava localizado a cerca de 10 km de distância da margem esquerda do Rio Xingu, no igarapé afluente do Rio Xingu denominado de Bom Jardim. (FAUSTO, 1997, p. 60).

Como o grupo era bastante numeroso, logo após essa união, segundo relatos dos anciãos da etnia, começaram a surgir diversos conflitos familiares entre os grupos dominantes, ligadas às famílias dos líderes, e na época, os dois grupos possuíam líderes tradicionais quem eram quem determinava o rumo que deveria seguir como forma de garantia da sobrevivência.

Os conflitos internos nos dois grupos eram causados mais pela disputa de mulheres bonitas e fascinantes, as quais, na maioria das vezes chegavam a causar a discórdia que findavam em mortes. E num desses conflitos que houve naquela época logo após o contato do grupo do ancião Iatora Parakanã teria se desentendido com o líder ancião Axowyia Parakanã líder do outro grupo, a qual

causou a separação das tribos.

O ancião Axowya Parakanã se mudou com sua família e parentes para um pedral que fica localizado à margem esquerda do Rio Xingu, onde fundou a segunda aldeia da Etnia na TI Apyterewa, que denominou a nova morada de Aldeia Xingu. Não demorou muito tempo para que os demais Parakanã seguidores do ancião latora que ficaram no posto antigo da Apyterewa, também se mudarem para as margens esquerdas do Rio Xingu, aonde os mesmos chegaram a construir duas sucessivas moradas, também nomeadas de Aldeia Apyterewa, cujo nome da TI e da aldeia tem significado de centro no meio, ou melhor, no interior da terra, e por atendendo os planos de futuro, hoje a Aldeia Apyterewa se tornou um polo, um centro de encontros, reuniões e formações que acontecem na etnia, e até mesmo para a realização de programações culturais como: as festas e danças cultuadas pelos mesmos, devido à organização do seu espaço amplo e adequado para acolher um maior número de pessoas.

Os Parakanã orientais e ocidentais das duas terras indígenas vivem da agricultura e da pesca e extração de recursos naturais para a alimentação e produção artesanal dos mesmos. A qual garante a maior parte da economia nas comunidades.

Também os anciãos que ainda residem nos dois grupos lutam incansavelmente pela conservação de seus traços culturais como um todo transmitindo seus conhecimentos e saberes tradicionais de geração para geração, tentando fortalecer a sua identidade cultural.

## **2.2 Metodologia**

Para escolha do tipo de abordagem a ser utilizada nesta pesquisa, levaram-se em consideração algumas características que segundo Zielak (2001, p. 78), configuram a pesquisa qualitativa e estão presentes neste trabalho: os dados coletados são predominantemente descritivos, onde citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista, uma análise dos diferentes pontos de vista dos participantes em uma tentativa de capturar a sua “perspectiva”, isto é, a maneira que eles encaram as questões que estão sendo focalizadas.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Indígena Parakanã Ocidental do Xingu na TI APYTEREWA, MEF latora Parakanã, no período de aulas bimestrais de 2018 a



2019, com espaços a sala de aula e a comunidade. E os sujeitos da pesquisa alunos indígenas das turmas de 3º, 4º e 5º anos da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Em sala de aula foram aplicados formulários com perguntas pré-elaboradas, dispostas sistematicamente e sequencialmente a fim de levantar questões afirmativas ou negativas sobre o tema dessa pesquisa: “O bilinguismo como instrumento de valorização e fortalecimento da identidade cultural”.

A preocupação maior era centrada na questão do bilinguismo. A partir disso iniciaram-se etapas para entender melhor as dificuldades dos alunos e intervir para ajuda-los a desenvolveras questões das disciplinas e principalmente a de Língua Portuguesa falada pelos não indígenas.

Os princípios Piagetanos trouxeram inúmeras contribuições para a sala de aula, um deles diz que o professor deve criar um ambiente e atmosfera em que, os alunos sejam ativos, mas para isso, o professor deve evitar o conhecimento pronto e acabado, e sim formar pontes entre o que o aprendiz já sabe com o novo ensino, ou seja, fazer um gancho entre o já aprendido e o que vai ser aprendido. (ZIELAK, 2001, p. 67).

Os relatos dos procedimentos feitos durante a pesquisa enfatizam métodos e instrumentos utilizados na coleta das informações que se obteve com muitas dificuldades, principalmente de materiais didáticos e o problema dos indígenas não entenderem a Língua Portuguesa. Logo depois se iniciou as aulas com atividades escolares bilíngues na língua materna falada na comunidade e na Língua Portuguesa.

A meta foi realizar um estudo que pudesse revelar e descrever as interações (antes e durante) e os significados dados pelo mediador, ao que acontecia. Os procedimentos, bem como os respectivos instrumentos de coleta de dados utilizados para realizar a pesquisa foram: entrevistas e observações.

Optou-se por realizar entrevistas individuais com os professores, pois esse procedimento pareceu melhor adaptar-se ao interesse de estudar o processo das dificuldades dos indígenas no não domínio da Língua Portuguesa usada como tradicional e padrão nas escolas. As entrevistas individuais, semiestruturadas, tiveram como objetivo fazer emergir opiniões e impressões sobre a utilização de aulas na comunidade Parakanã estruturado no bilinguismo.

A intervenção foi realizada e seguia três etapas: A primeira buscou identificar e justificar a pesquisa; a segunda traçar o perfil e as dificuldades do sujeito da

pesquisa; e a terceira questionar melhorias para a escola Parakanã com os educadores. As entrevistas foram realizadas no ano de 2018 com os alunos na Escola Parakanã ocidental do Xingu.

Para fomentar essa proposta de intervenção e o quanto ela é válida na comunidade escolar Parakanã Ocidental do Xingu, veja alguns comentários colhidos que demonstram diversas dificuldades na hora de executar a escrita em outros idiomas falados pela sociedade não indígena, principalmente a língua portuguesa falada aqui no Brasil, portanto foram transcritos trechos de depoimentos de textos escritos pelos educandos em sala de aula, na disciplina de Códigos e Linguagens, ministrada no Projeto da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e relatórios escritos por educadores indígenas da Escola Parakanã do Xingu que trabalham pela SEMED (Secretaria de Educação de Altamira).

Depoimento 01: *‘Eu como educador da minha turma eu tenho dificuldade de produzir os meus relatórios semestrais que a SEMED pede a cada ano para nós educadores, e com isso eu sofro muito, porque esses relatórios tem que ser escritos em português e por isso eu tenho muita dificuldade em organizar minhas ideias, nesse outro idioma falado pela sociedade não indígena’* (Educador Indígena- Xene Parakanã/PA).

Depoimento 02: *‘Eu sou educanda do Projeto EJA, da turma de Ensino médio, e apesar de já ter estudado muito eu ainda tenho dificuldade de escrever textos na língua portuguesa, pois essa linguagem é difícil demais até para a gente falar, quanto mais para escrever o que queremos dizer no papel, porque tem muitas pontuações e verbos e regras para seguir’* (Educanda do Projeto Saber, da EJA-Wenatoa Parakanã/PA).

Depoimento 03: *‘Tenho muita vergonha quando um não indígena pede para mim falar nas reuniões que acontecem em nossa TI. Porque eu não sei falar direito no português’* (Educando do Projeto EJA- Xokarowara Parakanã/PA).

Depoimento 04: *‘Se eu pudesse eu iria aprender falar muito bem até em inglês, eu já sei um pouco, mais preciso aprender mais, porque eu acho essa linguagem bonita e por isso admiro muito quem fala bem o português e o inglês’* (Educando do Projeto EJA- Iori Parakanã/PA).

Depoimento 05: *‘Como educadora da minha comunidade eu tenho muitas dificuldades de escrever e compreender a língua portuguesa, principalmente na hora de escrever e compreender a língua portuguesa, principalmente na hora de escrever*

*os relatórios e as sistemáticas mensais da escola'* (Educador Indígena- Koxawoa Parakanã/PA).

Depoimento 06: Depoimento da liderança representante do povo Parakanã, habitantes da TI Apyterewa e também educador da língua materna da comunidade, Kaware Parakanã, diz o seguinte: *'A nossa maior luta quanto indígena Parakanã é um dia poder dominar o uso da fala e da escrita da segunda língua falada por nós, que é a língua portuguesa, para isso, nós Parakanã, estamos lutando diariamente e estamos confiantes de que um dia vamos vencer'* (Educador indígena e liderança do povo, Kaware Parakanã/PA).

Mediante esses depoimentos é possível perceber o quanto é gritante a falta do ensino bilíngue nessa comunidade, até porque os mesmos já adotaram a língua portuguesa há vários anos atrás como sendo a segunda língua a ser falada por eles, mas para isso é preciso que se apoderem dos conhecimentos e conceitos que determinam o uso da fala e da escrita desta linguagem que hoje se faz tão estranha para todos da comunidade. Para que possam dar continuidade com a escola, suas trajetórias escolares e traçar planos melhores para o futuro.

### **3. Análise e Resultados**

As metas da presente proposta de intervenção estão claramente lançando a ideia de se alfabetizar e escolarizar bilíngue aos educandos da escola indígena Parakanã Ocidental do Xingu.

Esclarecendo que a proposta do bilinguismo, que se pensa através desse projeto, é um novo sistema de alfabetização e escolarização dos educandos na escola Parakanã Ocidental do Xingu, em dois idiomas, a primeira língua a ser falada e ensinada à escrita, e a sua língua materna é a segunda língua a ser falada e ensinada a escrita é a Língua Portuguesa falada aqui no Brasil.

Como poderão ocorrer mudanças neste setor? A resposta é clara a partir de produções de alguns materiais didáticos, como: livretos, cartilhas, cadernos e um calendário tradicional indígena Parakanã. Todo esse material será confeccionado junto com os educandos, educadores, a coordenação da SEMED na escola Parakanã, e também com a comunidade. Esse material será produzido de acordo e atendendo às necessidades da escola Parakanã mediante os conhecimentos de seus educandos, saberes e costumes tradicionais.

Leva-se em consideração toda a participação geral da comunidade no decorrer da construção desses materiais, e que esses livretos, cartilhas sejam ilustrados com desenhos e gravuras de objetos que fazem parte do cotidiano dos indígenas, além de ter a tradução e escrita nos dois idiomas mencionados acima. Objetivando o fortalecimento e a valorização da identidade cultural e também facilitar e desenvolver melhor a aprendizagem e a escrita dos envolvidos.

Uma vez que tanto os educadores quanto os educandos sentem dificuldade de se expressar na linguagem falada pelos não indígenas, tanto na forma oral quanto na forma escrita, pois ambos não possuem o domínio do uso da Língua Portuguesa, ou seja, se compararmos bem o povo Parakanã com outros grupos indígenas Xinguanos, que já tem um contato mais próximo da linguagem falada pela sociedade influencia somente a língua materna, no entanto, para escrever pequenos textos em seu idioma, percebem-se dificuldades, também os educadores e educandos da Escola Parakanã Ocidental do Xingu necessitam adquirir o poder da oratória, assim também como a ler, escrever e interpretar textos.

#### **4. Considerações Finais**

Após essa incursão pela modalidade de educação indígena, percebe-se a importância de lançar mão dos diversos meios dos quais se dispõe para trabalhar a educação ao longo da vida principalmente a indígena. Cada modalidade tem sua importância embora, a educação indígena seja àquela à qual a pesquisa faz referência e é de suma importância para a sociedade em geral. É consenso entre os autores e pesquisadores, que a escola, cujo espaço é ocupado pela educação tradicional, não consegue sozinha dar conta das múltiplas informações que surgem a cada momento no mundo, assim como, as novas descobertas científicas; questões de se trabalhar o bilinguismo; questão de valorização cultural e fortalecimento da identidade de um povo como é o caso dos Parakanãs Ocidental do Xingu.

As aldeias são centros ricos de cultura, são espaços que podem proporcionar condições para a educação mais fortalecida dos quais a comunidade poderá estudar se utilizando para trabalhar os conteúdos previstos para o desenvolvimento da escola e da própria comunidade, existindo assim uma parceria entre os diversos sistemas de ensino atuantes ou os órgãos responsáveis.

## REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adone. *Antropofagia ritual e Identidade Cultural*. V. 45, n 01. São Paulo. 2002.

BRASIL, IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas digitais*, MEU e MRU, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*, ed. Valer, Manaus AM, 2010.

FAUSTO Carlos- Antropólogo. UFRJ. Museu Nacional. *Departamento de Antropologia* (PPGAS). 1997. Disponível em: c\_faust@terra.com.br. Acesso em: dezembro de 2018. <http://pib.socioambiental.org/PA/povo/parakanã>.

HEIDEGGER, *Em Defesa da Causa Indígena*, ano XXXVI. Nº 379, Brasília, DF. Outubro, 1966.

MARX, Karl. *Fundo de Cultura Econômica*. Rio de Janeiro 3 v. Editora: Paz e Terra, 1975.

PRADO Jr., Caio. *O que é Filosofia*. 22ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 112 pp.  
RUIZ, C. M. M. B. *Os Paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo, Unisinos, 267 p. 2003.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: um guia para eficiência nos estudos*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

ZIELAK, Ofélia W. *A Alfabetização como Construção e Processo Social*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1992. Educação não formal e cultura política. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.